

## **O Movimento dos Atingidos por Barragens: atores, estratégias de luta e conquistas**

Maria José Reis UFSC/UNIVALI  
[masereis@hotmail.com](mailto:masereis@hotmail.com)

**RESUMO:** A ocorrência de lutas sociais de pequenos produtores rurais ao longo de toda a história brasileira é um fato inquestionável, embora tenham sido ignoradas ou mal contadas pela “história oficial”. O objetivo deste texto é reconstituir a história de uma destas lutas, o “Movimento dos Atingidos por Barragens” (MAB), que teve início no final da década de 1970, na região do Alto Uruguai (SC/RS), e que continua até os dias atuais, assumindo dimensão nacional e até internacional. Seu foco central é o campo social de conflitos que se iniciou quando veio a público a instalação de hidrelétricas na Bacia do Rio Uruguai, por parte da Eletrosul. Destaca-se, de modo especial na reconstituição da trajetória histórica do referido campo, além da atuação desta Empresa, a dos futuros “atingidos”, em sua maioria agricultores familiares a serem removidos de seus territórios tradicionais, e a de seus mediadores, responsáveis, de início, pela organização do MAB sendo, com mais detalhes, focalizada esta organização, suas estratégias de luta e suas conquistas.

**PALAVRAS-CHAVE:** agricultores familiares; hidrelétricas; migração compulsória; movimento social.

## **O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB): atores, estratégias de luta e conquistas**

Maria José Reis  
UFSC/UNIVALI – [masereis@hotmail.com](mailto:masereis@hotmail.com)

### **Introdução**

A ocorrência de lutas sociais de pequenos produtores rurais<sup>1</sup> ao longo de toda a história brasileira é um dado inquestionável, ainda que estas lutas tenham sido escamoteadas e mal contadas pela ‘história oficial’.

O objetivo deste texto<sup>2</sup> é tratar de uma destas lutas, o “Movimento dos Atingidos por Barragens” (MAB), que teve início no final da década de 1970, na

---

<sup>1</sup> Utilizo neste texto, indistintamente, esta categoria ou a de “agricultores familiares” para designar os produtores rurais que são proprietários dos meios de produção e, ao mesmo tempo, assumem o trabalho no estabelecimento produtivo (WANDERLEY, 1999).

<sup>2</sup> Trata-se de uma versão sintetizada e atualizada de um dos capítulos de minha tese de doutorado (REIS, 1998).

região do Alto Uruguai (RS/SC), e continua até os dias atuais, assumindo dimensão nacional e internacional.

Foi, portanto, em tempos de ditadura militar, mas no contexto do início do processo de redemocratização, que teve início a mobilização de agricultores em relação a uma problemática que adquiriu, ao longo da década de 1980, visibilidade nacional. Trata-se da construção de grandes obras de engenharia destinadas à produção de energia elétrica a partir de recursos hídricos, até meados da década de 1990 realizadas por empresas estatais, quando passou a ocorrer a privatização do setor (REIS e BLOEMER, 2001).

A reação das populações rurais atingidas por estes projetos permitiu, entre outros aspectos, o reconhecimento de que a instalação de hidrelétricas resulta em uma problemática extremamente complexa, que longe está de se esgotar em sua face técnico-econômica. Em termos sócio-ambientais é indispensável salientar, por um lado, que esta instalação provoca uma verdadeira reordenação territorial, exigindo a remoção compulsória das populações que historicamente vinham ocupando os espaços requeridos para esta finalidade. Estas e outras implicações ambientais e socioculturais, além de mal dimensionadas, foram tratadas pelo Estado brasileiro com negligência e irresponsabilidade, na maioria dos casos estudados, entre outros, por Germani (1982), Magalhães (1996), Martins-Costa (1989) e Sigaud (1992).

Por outro lado, tais processos envolvem a presença de um número significativo de atores sociais, via de regra com interesses e perspectivas diferentes sobre os referidos empreendimentos. Dentre estes atores destacam-se (REIS; BLOEMER, 2001) as financiadoras nacionais e internacionais, os setores da administração pública federal responsáveis por obras desta natureza, a corporação específica que assume a execução do empreendimento e as populações regionais e locais ocupantes das áreas a serem requeridas para a instalação destas obras.

No caso específico da instalação de hidrelétricas (UHEs) no vale do Rio Uruguai (SC/RS), cuja proposta ficou popularmente conhecida como “Projeto Uruguai”, a situação não foi diferente. Entretanto, a forte reação de uma parcela significativa dos futuros “atingidos”<sup>3</sup> por este Projeto, antes mesmo do início das obras, através de sua organização e mobilização, inaugurou um verdadeiro um “campo social de conflitos” (SIGUAUD, 1989, p.168) entre os diferentes atores envolvidos. Neste campo destacaram-se as iniciativas políticas dos agricultores familiares e de seus mediadores contra a atuação das Centrais Elétricas do Sul do Brasil (ELETROSUL), subsidiária da ELETROBRAS, a empresa estatal responsável pela proposta e início da instalação de 25 hidrelétricas naquele vale. Em consequência da atuação do MAB neste campo de conflitos, várias foram as conquistas dos agricultores familiares em relação ao seu deslocamento da região, em função da inundação de suas terras necessárias à instalação das duas primeiras UHEs a serem instaladas - UHE Itá e UHE Machadinho. Paralelamente às suas atividades no vale do Uruguai, a atuação do MAB ampliou-se, a partir de 1989, tanto em termos nacionais quanto internacionais.

Deste modo, na reconstituição da trajetória histórica do referido campo de conflitos serão destacadas a atuação do setor elétrico e, sobretudo, dos futuros atingidos e de seus mediadores, conjugados no MAB, que será focalizado em relação a sua organização e quanto a suas estratégias de luta e conquistas.

### **A atuação do setor elétrico**

O planejamento e as iniciativas da ELETROSUL em relação ao aproveitamento hidroenergético da Bacia do Uruguai foram marcados pelas características básicas que nortearam o setor elétrico brasileiro desde a criação da ELETROBRAS, no início da década de 1960. Ou seja, a existência, desde

---

<sup>3</sup> Trata-se de uma auto-designação assumida pelos pequenos produtores rurais através da constituição da própria Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), como veremos adiante, embora tenha sido inicialmente atribuída pela Eletrosul à população a ser deslocada das áreas reivindicadas para a instalação de hidrelétricas (REIS, 1998 e 2005).

então, de um portentoso aparelho de planejamento, controle e gestão dos sistemas de produção e distribuição de energia elétrica no conjunto do território nacional (VAINER; ARAÚJO, 1990, p.19) e a opção preferencial por grandes usinas de aproveitamento hídrico para o atendimento à demanda de eletricidade.

De acordo com Vainer e Araújo (1990, p.20), em relação às providências relativas à desapropriação e deslocamento das populações ocupantes das áreas destinadas à implantação das hidrelétricas, as subsidiárias da ELETROBRAS atuavam de modo semelhante, através de três estratégias básicas: a desinformação, a perspectiva territorial patrimonialista e a negociação individual.

A desinformação, uma das principais “armas” das empresas do setor elétrico em seu relacionamento com as referidas populações, assumia, nos momentos iniciais de sua atuação em uma determinada região, como lembram os referidos autores (1990, p.20), a forma pura e simples da sonegação de informações. Essa sonegação visava, em primeiro lugar, possibilitar o ingresso e a circulação de pessoal da Empresa na região. Facilitaria, também, a conquista de algumas posições no espaço regional, antes que a população se desse conta do que estava para acontecer.

Por outro lado, a desinformação continuava, por vezes, também após o início das obras, através de uma espécie de “propaganda enganosa”, veiculada pelo próprio setor que, por meio de uma intensa atividade de “comunicação social”, divulgava o empreendimento e seus supostos “benefícios”, calando-se quanto aos aspectos socioambientais negativos. Ou, ainda, por divulgação de informações contraditórias ou desencontradas sobre vários aspectos do andamento das obras entre os quais as soluções relativas ao deslocamento das populações locais, o que facilitaria por parte dos responsáveis pelo empreendimento, ao gerar insegurança e dúvidas, a imposição de determinadas soluções à revelia dos segmentos sociais afetados pelas iniciativas em pauta.

A estratégia territorial patrimonialista, por sua vez, de acordo com Vainer e Araújo (1990, p. 21) foi freqüentemente implementada pelas empresas

do setor elétrico quando se tratava de “criar o vazio demográfico necessário à instalação das barragens (...). Seus levantamentos e estudos de campo fornecem uma vasta e detalhada informação sobre o espaço a conquistar, os cadastramentos socioeconômicos dando elementos sobre cada propriedade e proprietário”. A partir destes dados, efetivava-se, através da compra, a “desocupação” da área e sua reapropriação por parte do setor elétrico, desconsiderando-se os direitos dos demais ocupantes da área, não proprietários dos espaços territoriais ocupados.

Deste modo, os trabalhos de aquisição e “limpeza do terreno”, destinados à implantação da obra e da infra-estrutura básica para sua construção e funcionamento, eram preferencialmente realizados através de negociações individuais, entre o proprietário da área requisitada e a Empresa responsável por esta tarefa. Conforme, ainda, os autores acima referidos (1990, p.21), embora pareça irracional do ponto de vista organizativo, tal opção tinha objetivos claros: impedir, ou dificultar, a discussão e organização coletivas.

A ELETROSUL tentou, no Vale do Rio Uruguai, reproduzir, em parte, estas mesmas práticas “tradicionais”, esquivando-se, inclusive, até onde foi possível, ao diálogo com os agricultores, além de invadir propriedades rurais, provocando danos em cercas e plantações, derrubando árvores e “plantando” marcos, ou seja, os piquetes destinados a demarcar as áreas a serem alagadas. Mas, a reação negativa das populações locais ao Projeto Uruguai, especialmente em relação às duas primeiras usinas a serem implantadas - UHE Machadinho e UHE Ita - , antecipou-se ao início da implantação das obras em pauta, o que acabou por interferir no modo tradicional de atuação da própria Empresa.

Esta reação tornou-se possível graças de modo especial a três fatores. Em primeiro lugar, como já salientamos em outro texto (SCHERER-WARREN; REIS, 1986), ao relaxamento da repressão política comandada pelos governos militares e o início do processo de democratização, para o qual, sem dúvida,

muito concorreram os próprios movimentos sociais. Em segundo lugar, como salienta Navarro (1996:131), às mudanças estruturais na economia agrária com aceleração do processo de modernização agrícola e as conseqüentes alterações nos padrões produtivos, nas possibilidades de acesso a terra e nas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Por último, à presença e atuação na arena política de setores da chamada “Igreja Progressista”, ou “Igreja Popular”,<sup>4</sup> além dos sindicatos de trabalhadores rurais.

Assim, no caso específico do Alto Uruguai – noroeste do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina - ao entrar em cena a problemática da implantação das barragens, os pequenos produtores rurais já contavam com a presença desses "mediadores" (NOVAES, 1994), envolvidos na mobilização popular, entre outros aspectos, para a conquista da terra aos que dela tinham sido expropriados e pelo estabelecimento de uma adequada política agrícola face aos efeitos da citada modernização.

### **A criação da “Comissão Regional de Atingidos por Barragens” (CRAB)**

A ELETROSUL teve que enfrentar, na Bacia do Uruguai, logo de início, uma forte reação das populações locais, diferentemente, portanto, de processos anteriores de instalação de hidrelétricas no país, constituídas cerca de noventa por cento de agricultores familiares.

Mal foram publicados os resultados da revisão dos estudos específicos ao aproveitamento hidroenergético dos rios dessa Bacia (outubro de 1979 e o estudo sobre a viabilidade das UHEs Itá e Machadinho (novembro do mesmo ano), ocorreu, por iniciativa da Comissão Pastoral da Terra (CPT), uma primeira reunião para discutir a problemática em questão. Realizada na sede do município de Chapecó (oeste catarinense), em dezembro do mesmo ano em que

---

<sup>4</sup> Segmento da Igreja Católica orientado pela Teologia da Libertação. Sobre suas características e atuação no espaço rural brasileiro, veja-se, entre outros, Paiva et al (1985).

houve o “vazamento” da notícia sobre as hidrelétricas do Vale do Uruguai, contou com a presença de “pequenos produtores do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, representantes da CPT de SC e RS, agentes pastorais, vigários das Igrejas Católicas e Pastores da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, Sociólogos e Agrônomos da Fundação do Alto Uruguai para a Pesquisa e Ensino Superior” (FAPES, 1979). Entre outros encaminhamentos, nesta primeira reunião, o mais importante foi a criação de uma “Comissão de Barragens”, destinada a “ir pensando” o que desde então foi definido como “um problema social a ser enfrentado” (FAPES, 1979).

Outro aspecto que merece ser registrado é a possibilidade oferecida aos pequenos produtores do Alto Uruguai, a partir deste primeiro evento, de entrar em contato com as experiências vivenciadas por outros produtores rurais, em relação à atuação de concessionárias da ELETROBRAS, inclusive da própria ELETROSUL. Depoimentos sobre estas experiências foram prestados por produtores rurais expropriados devido a implantação das usinas hidrelétricas de Salto Santiago e Salto Osório, ambas instaladas pela ELETROSUL no estado do Paraná, cujas negociações com a Empresa ocorreram, de acordo com Ferreira (1987), por volta de 1978. Esses depoimentos relatavam a atuação da Concessionária em relação às soluções sobre as desapropriações dos territórios destinados à implantação dos referidos projetos. De fato, tratava-se da utilização das estratégias tradicionais do setor elétrico, além das soluções terem sido impostas, uma vez que apresentadas sob a ameaça , caso não fossem aceitas, de serem encaminhadas judicialmente. (FAPES, 1979). Relatos similares de experiências vivenciadas em virtude da implantação de outros projetos de hidrelétricas repetiram-se em encontros e reuniões posteriores nas quais foi mostrado um vídeo apresentando situações avaliadas dramáticas, vivenciadas pelos agricultores expropriados em virtude da instalação da UHE de Itaipu (PR).

A Comissão de Barragens sofreu sucessivas reestruturações, já no início de sua atuação, em primeiro lugar em função da criação de comissões municipais e locais, passando a ser denominada de “Comissão Regional de Atingidos por Barragens” (CRAB, 1980). Em termos operacionais, a CRAB era constituída, até final de 1983, por uma secretaria, localizada em Erexim (RS), “responsável pelos trabalhos burocráticos e pela coordenação geral do movimento” (CRAB, 1985). No início de 1984, lideranças da CRAB decidiram pela criação de uma “executiva”, composta por representantes dos atingidos de várias regiões da Bacia do Uruguai, por sindicalistas, assessores e pessoal da secretaria. Foi o início desta mobilização e a constatação da necessidade de ampliá-la que acabou por resultar em uma reestruturação da CRAB, sendo criados, em março de 1985, quatro comissões regionais<sup>5</sup>, cada uma com a função de coordenar nas respectivas regiões o que passou a ser denominado de “Movimento dos Atingidos por Barragens”. Em 1986, além das comissões regionais, da secretaria e da executiva, foi instituída como “espaço de discussão e deliberação do Movimento”, a “assembléia” (CRAB,1990), de início anual e posteriormente bianual. Neste mesmo ano foi criada uma quinta região (Roncador/Garabi), com a finalidade de estimular a organização dos agricultores familiares que seriam afetados por três usinas hidrelétricas binacionais (nos limites do Brasil com a Argentina) a serem implantadas igualmente no vale do Uruguai.

A configuração e a dinâmica da reação dos pequenos produtores ao Projeto Uruguai, sem sombra de dúvida teve a ver diretamente com a atuação da CRAB e posteriormente do MAB. Foi ela que divulgou a notícia da implantação das hidrelétricas e que desnaturalizou suas implicações socioambientais, contrapondo ao discurso do “progresso” e dos “benefícios” para a região, veiculado pela ELETROSUL, uma identificação de “danos e perdas”, especialmente para os pequenos produtores ocupantes das áreas requeridas

---

<sup>5</sup> Itá/Machadinho; Itapiranga/Irai; Lages/Vacaria; Chapecó/Chapecozinho.



para os empreendimentos. Foi sobretudo pela sua ação que as “vítimas”, assim identificadas, passaram a ser reconhecidas e politicamente auto-nomeadas de “atingidos”, constituindo-se em novos sujeitos políticos. Pela atuação da CRAB foram buscadas e veiculadas informações sobre as conseqüências e magnitude do Projeto Uruguai; foram encaminhadas demandas e reivindicações; definidos inimigos e conquistados aliados, pressionando prefeitos e vereadores a se posicionarem, batendo às portas das Assembléias Legislativas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, recorrendo a Brasília, sempre que necessário e encaminhando às “autoridades federais” um abaixo-assinado de mais de um milhão e meio de assinaturas; foi também através de sua atuação que o MAB se constituiu e adquiriu visibilidade, organizando grandes romarias e outras manifestações públicas, publicando um jornal - a “Enchente do Uruguai” - assumindo programas de rádio, criando fatos políticos como a retenção de técnicos da ELETROSUL, a invasão de acampamentos nos territórios ocupados por essa Empresa ou a arrancada de marcos colocados pelos técnicos. Foi, ainda, através da atuação da CRAB/MAB que se estabeleceram os termos do “Acordo”, a ser tratado mais adiante, firmado entre as partes interessadas, em relação às soluções para a retirada dos atingidos da área, incluindo entre elas o reassentamento de atingidos não-proprietários de terras.

Estas e outras iniciativas da CRAB/MAB ocorreram através da presença e da influência dos diferentes mediadores já mencionados, especialmente da Igreja Progressista e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, cujas marcas são perceptíveis ao longo de toda a trajetória da atuação da CRAB e posteriormente do MAB.

### **A intermediação da “Igreja Progressista” e do sindicalismo rural**

O MAB contou desde seu início, além do envolvimento de agentes pastorais da Igreja Católica e da Igreja Protestante de Confissão Luterana, com a presença e a adesão de bispos de várias dioceses do noroeste do RS e oeste

catarinense. Além da participação direta ou indireta de sua hierarquia e a atuação politicamente engajada dos demais agentes pastorais, alertando nos púlpitos e outros espaços religiosos como as "Comunidades Eclesias de Base" (CEBs),<sup>6</sup> sobre as conseqüências da instalação de hidroelétricas na Bacia do Uruguai, a presença da Igreja foi decisiva, também, para mobilizar e organizar os pequenos produtores rurais para a problemática em questão, de diversas outras maneiras: colocando à disposição sua infra-estrutura física para a realização de eventos, tais como cursos, assembléias etc., e intermediando a obtenção de recursos financeiros na própria região e até internacionalmente (ROTHMAN, 1993). Mas, sobretudo, indispensável por sua atuação político-pedagógica voltada para a formação de lideranças que foram, no início da reação contra as barragens, os principais agentes mobilizadores. Foram eles, a rigor, responsáveis em primeira mão, pela efervescência e "recuperação da capacidade ativa do povo" (DOIMO, 1995, p.149) em todo o Alto Uruguai, em torno de outras questões socioeconômicas relativas aos pequenos produtores da região, já apontadas. Como afirma Navarro (apud MORAES, 1994, p.130), pelo menos 90% dos quadros dirigentes e intermediários de todos os movimentos sociais, no primeiro período (1979 a 1986), "começaram a entender pelas mãos da Igreja". A formação desses quadros foi levada a cabo pela "Escola Diocesana de Servidores de Erexim" (ESC), pela Pastoral da Juventude (PJ), e pela Comissão Pastoral da terra (CPT).

A ESC, segundo Moraes (1994:134-135), foi fundada em 1973, funcionando nas dependências do Seminário Diocesano de Nossa Senhora de Fátima, de Erexim (RS), cidade que sedia a CRAB/MAB desde seu início. Especialmente a partir de 1978, a ESC passou a fornecer cursos para a formação de lideranças, em várias etapas, voltadas para o que era denominado a "desalienação da fé". Através delas foi desencadeado um processo de

---

<sup>6</sup> Como afirmou uma das lideranças da CRAB em entrevista realizada por Ilse Scherer-Warren e pela autora (1988), "as CEBs coincidem com os limites das comunidades rurais tradicionais", constituindo-se em um conjunto de "Círculos Bíblicos" ou "Grupos de Reflexão".

"renovação" nas comunidades coloniais tradicionais. Por sua vez, a atuação da "Pastoral da Juventude", visava, do mesmo modo, uma "formação libertadora", através da realização de cursos como o TAPA (Teologia e Ação Pastoral), tendo como principal objetivo mobilizar politicamente os jovens para analisar "as questões que aconteciam não só nas comunidades, mas na realidade social, preparando-os para atuar na comunidade, desenvolvendo um trabalho seu, seja popular, seja sindical". (MORAES, 1994, p.151). Em termos de preparação político-pedagógica é indispensável lembrar também a atuação da CPT, realizando seus "mutirões de formação", ou seja, de preparação para a luta política.

Como em outros movimentos populares onde se fez presente o trabalho mobilizador destas lideranças preparadas pela Igreja Progressista (DOIMO, 1995, p. 143), signos de linguagem como "a caminhada", o "povo oprimido" e a "libertação" foram presenças constantes no discurso referente à problemática em pauta, especialmente através da fala de seus agentes em grandes manifestações públicas. Proliferaram nesse discurso imagens bíblicas que metaforicamente foram apropriadas através do exercício realizado nas CEBs de aproximação entre "fé e vida",<sup>7</sup> para pensar a questão das barragens. Assim, a formação dos lagos em função de sua construção, mais que uma enchente, seria um "dilúvio" que viria trazendo "as águas da morte, cobrindo os campos e as serras" (CRAB,1985).

Entrando pela mesma porta no universo cristão, a problemática das barragens passou pelo julgamento e condenação divinos, através da evocação de várias passagens bíblicas que argumentam, entre outros aspectos que "(...) quando se usa a terra ou a água, sempre é preciso ver se elas trazem benefício ou prejuízo ao homem. O juízo de Deus acerca das barragens é bastante claro

---

<sup>7</sup> Este exercício constituiu, de acordo com Macedo (1986, p. 68-69), uma "nova hermenêutica bíblica" que introduziu "na questão propriamente evangélica um elemento que permite equacionar a injustiça e o sofrimento como problemas religiosos".

(...) Deus não quer a enchente do Uruguai e dos outros rios; o projeto é anti-cristão e diabólico.” (CRAB, 1984).

A politização da problemática das barragens através da mediação de agentes religiosos manifestou-se, por outro lado, na apropriação e ressemantização de símbolos cristãos, como é o caso da utilização de cruzes para substituir os marcos colocados pela ELETROSUL para definir as áreas a serem alagadas, retirados através de rituais realizados em diferentes localidades da Bacia do Uruguai, ou ainda, através de sua presença no logotipo do próprio Movimento, sendo tematizada, também, em cânticos entoados nas celebrações religiosas.

Em síntese, é possível afirmar que até meados da década de 1980 as atividades de formação de lideranças rurais no Alto Uruguai estiveram a cargo de órgãos vinculados à Igreja Progressista. A partir daí esta tarefa foi prioritariamente assumida pelas Escolas Sindicais. Em decorrência das várias articulações realizadas nos estados do Sul e do crescimento de suas atividades foi mantida, entre 1985 e 1987, a “Escola Sindical Margarida Alves” (ESMA) por onde passaram muitos dirigentes dos movimentos sociais do Alto Uruguai. Os conteúdos da formação de lideranças rurais repassados pela ESMA estavam voltados para a perspectiva da transformação social, na direção da construção de uma nova sociedade. Conforme Moraes, ela orientava na perspectiva da conscientização para um “projeto externo” e muito mais amplo para a transformação da sociedade capitalista em socialista. Sua atuação, deste modo, aproximava-se muito mais do perfil de um partido político, perfil que, na verdade, deveria orientar a concepção de “movimento social” (MORAES, 1994, p. 172),<sup>8</sup> inclusive o da CRAB, como veremos adiante.

No início de 1987 foi criada a “Escola Sindical Alto Uruguai” (ESAU), com a finalidade de implementar a formação dos movimentos populares, urbanos e

---

<sup>8</sup> Como afirma Navarro (1996), havia antes mesmo da criação da ESMA uma forte identificação entre as lideranças do “novo sindicalismo”, no Alto Uruguai, e a formação dos diretórios municipais do Partido dos Trabalhadores (PT).

rurais da região em questão, além de três outras do Rio Grande do Sul. A ESAU destinava-se às lideranças intermediárias que já tinham atuação no sindicalismo e outros movimentos populares, com modelo organizativo e projeto político similares ao da ESMA (MORAES, 1994, p.183). Desde 1989, no entanto, o tipo de formação política-ideológica oferecida pela ESAU e seu gradativo distanciamento dos desdobramentos do movimento sindical, começavam a colocá-la em questionamento, sendo incorporada posteriormente à “secretaria de formação” do Departamento Rural da CUT Estadual.

Como informa Moraes (1994, p.206), no início dos anos 1990, uma vez que as escolas sindicais estavam distanciadas da realidade imediata e das demandas específicas dos movimentos sociais, o trabalho de formação foi deixado para as “instâncias”, o que já vinha sendo realizado pelo Movimento dos Sem-Terra e iniciado, inclusive, pelo próprio MAB.

Esta reorientação no modo de conduzir as tarefas de formação também alterou a relação com outros mediadores, as entidades de apoio como o CEPO, “Centro de Educação Popular” fundado em 1986, e o “Centro Vianei de Educação Popular”, criado pela Diocese de Lages (SC). O CEPO que foi destinado a exercer tarefas tais como a formação de lideranças, a preparação de material para comunicação - inclusive o Jornal "A Enchente do Uruguai" - e a intermediação para a obtenção de recursos financeiros do exterior (SCHERER-WARREN; REIS, 1989), concentrou-se, então, na prestação dos demais serviços e menos nas tarefas de formação.

Por outro lado, no mesmo ano da criação do CEPO foi instalado no Alto Uruguai o Centro de Tecnologia Alternativa (CETAP), em um encontro organizado pela FASE. O Centro foi criado com os objetivos de “levantar, pesquisar e difundir técnicas que se adaptassem à pequena propriedade; prestar um serviço de assessoria na área tecnológica às organizações e movimentos ligados à pequena propriedade e treinar e capacitar técnicos e produtores”. (CRAB, 1986, p.8) .

O papel das assessorias técnicas, entre as quais se incluía a presença de especialistas de diferentes áreas de conhecimento (agrônomos, sociólogos, geógrafos, advogados etc.) foi fundamental para capacitar o MAB a lidar com um amplo conjunto de demandas e questões que a desafiavam a transitar pelo universo da política energética, pelos aspectos técnicos relativos à construção de usinas hidrelétricas e suas conseqüências socioambientais, ou pelo planejamento e instalação de projetos de assentamentos rurais.

### **A reestruturação da CRAB: de “serviço” a movimento social**

As mudanças que marcaram a passagem do MAB da maior presença da mediação da Igreja Progressista para a do sindicalismo não ocorreram, contudo, em bloco e ao mesmo tempo, nem ao menos no mesmo ritmo em toda a região. Como observa Palmeira (1985), referindo-se a outros contextos onde foi registrada, igualmente, a mediação da Igreja e dos Sindicatos, a impureza da realidade revela-se a cada passo. No caso da região do Alto Uruguai gaúcho e catarinense, esta impureza é tanto mais verdadeira levando-se em conta, por um lado, que foram os mesmos agentes que freqüentaram a ESC que, em sua grande maioria constituíram o público privilegiado das escolas sindicais. Por outro lado, foram eles mesmos que organizaram as oposições sindicais, iniciaram o Movimento dos Sem-Terra, criaram as Comissões de Barragens e o Movimento das Mulheres Agricultoras (SHERER WARREN; REIS, 1989), e neles atuaram, por vezes simultaneamente, tornando-se, ainda, representantes da Central única dos Trabalhadores (CUT), membros e até candidatos do Partido dos Trabalhadores. Atuaram, portanto, ao longo de suas histórias particulares em vários desses movimentos e instituições, carregando consigo as marcas de sua formação e diferentes experiências vivenciadas por onde passaram atuando politicamente.

De fato, ainda que as mudanças não tenham ocorrido totalmente sincronizadas, há evidentes nexos, de modo particular entre a atuação dos

diferentes mediadores e a organização da CRAB - com reflexos no discurso e nas práticas do MAB - e, como não poderia deixar de ser, em sua própria identidade.

Começando por este último aspecto, observa-se que em um documento produzido em agosto de 1981, a CRAB se auto-define como uma “comissão” que reunia pessoas ligadas a diferentes instituições e setores (Sindicatos, Igrejas, Universidades), constituindo, como sugere Moraes (1994 a), uma “síntese de mediações”. Suas funções, conforme o mesmo documento (CRAB,1981, p.1), seriam informar, organizar, assessorar e ser “um ponto de apoio e de serviço” aos pequenos produtores rurais.e demais atingidos.

A rigor, a afirmação de ser um “ponto de serviço” era a que melhor sintetiza a auto-imagem que a CRAB havia construído, imagem condizente com sua atuação político-pedagógica, nos moldes inspirados pela orientação da Igreja Progressista. Na prática, era sua secretaria que exercia uma certa função de coordenação da mobilização e organização dos futuros atingidos. Sua menor, mas mais atuante instância organizativa eram as “comissões locais”, aproveitando-se da estrutura comunitária já existente nas localidades rurais da região. A elas caberia mobilizar e organizar os atingidos, com material fornecido pela secretaria, representar a localidade nas reuniões promovidas pela CRAB e, sobretudo, teriam, juntamente com sua comunidade, todo o poder de decisão, nos moldes da “democracia de base” (SHERER-WARREN ; REIS, 1989), um dos pilares da orientação da Igreja Progressista para o seu trabalho com o “povo”, que deveria imperar nas CEBs.

De “serviço” a “movimento” foi, portanto, o saldo das transformações encaminhadas na CRAB, em sua esfera organizacional. Estas se concretizaram, entre outros aspectos, com a entrada na Comissão, em 1985, de quatro jovens ligados à Pastoral da Juventude, que iriam desempenhar papel decisivo na referida reestruturação, ocupando diferentes posições e desempenhando funções de secretaria e coordenação.

De fato, o que as mudanças organizativas acabaram por implementar foi a ampliação e o reforço do grupo dirigente com a criação da Executiva e, posteriormente, com a formação e criação de lideranças intermediárias, entre este grupo e as bases, nos moldes sugeridos pela ESMA. Como afirma uma das lideranças do MAB<sup>9</sup> “não devíamos mais cair tanto no ativismo; (...) Decidiu-se, então, por formar lideranças de base para aprender a metodologia de fazer reunião, para traduzir para a comunidade também entender as questões concretas, como reassentamento, por exemplo”. Ou seja, à Executiva ficava reservada a direção política do Movimento, enquanto às lideranças intermediárias caberiam as atividades de mobilização, informação, ou seja, o contato direto com os próprios atingidos que constituíam sua base.

Além deste “grupo dirigente” e das “lideranças intermediárias” foi criada, como já foi dito, a assembléia geral. Conforme a mesma liderança do MAB, a assembléia teria um caráter deliberativo, integrando todos os atingidos, estabelecendo prioridades e fazendo análises de conjuntura. Assim, segundo ela, “Se alguém pergunta, ‘quem é o Movimento das Barragens?’ (...) É um grupo grande aí, de lideranças, que tem o caráter de decidir as questões”.

Parece evidente, portanto, através do discurso dessa liderança e da leitura de determinadas passagens de “Nossa História em Debate” (CRAB, 1990, p.7) que ser o “Movimento” era ser a CRAB, e vice-versa. Conforme este documento “A CRAB é um movimento popular autônomo que visa reunir, esclarecer e organizar os atingidos direta ou indiretamente pelas barragens (...). O Movimento representa os interesses dos atingidos frente às empresas, autoridades e outras entidades (...)”.

Em síntese, os reflexos da transformação da CRAB de “serviço” em “movimento”, ocorrida na prática, a partir de 1985, intimamente associada à predominância de princípios organizativos propostos pelo “sindicalismo combativo”, tornam-se evidentes, como já foi dito, em uma maior concentração

---

<sup>9</sup> Em entrevista realizada por Ilse Sherer-Warren e pela autora em 1988.



do poder de decisão nas mãos de um grupo dirigente. Como parte dessa postura vanguardista ocorreram modificações na perspectiva da CRAB quanto aos objetivos de sua atuação e da própria luta política levada pelo MAB. No primeiro aspecto, tratava-se, conforme o discurso do mesmo informante acima citado, de promover a “consciência política” nos pequenos produtores rurais. No segundo, de promovê-la no sentido de reconhecer sua condição de “trabalhadores rurais”, ameaçados de perder a terra. Significou, ainda, um progressivo afastamento das práticas e representações simbólicas inspiradas no universo religioso praticamente hegemônico no período anterior, marcado pela intermediação da Igreja Progressista.

Na interpretação de uma das principais lideranças do MAB à época,<sup>10</sup> essa última mudança foi “necessária”, tendo em vista os desafios de uma conjuntura socioeconômica desfavorável à sobrevivência da pequena produção agrícola e ao “amadurecimento político” do próprio Movimento. Apesar de longo, penso que, por sua expressividade e por se tratar de tal liderança, cujo discurso era performativo (BOURDIEU, 1981), vale a pena transcrever parte do seu depoimento, no qual são tratados alguns dos aspectos acima referidos.

Todo o Movimento popular passou por uma fase de grande mobilização, de romarias; apelou para os sentimentos e ao místico, ao simbólico. Hoje não se consegue reunir o pessoal desse jeito (...) tem que pensar no prático, no concreto. Corre o perigo de esvaziamento (...) O concreto hoje é a questão econômica; é que eles estão perdendo a terra (...) No sentido assim, se tem que ocupar a terra, não vai brigar com a cruz na mão; tu tens que botar a foice na frente para não levar baionetada da polícia. Tem que ter essa visão, senão acaba sendo mártir, sempre.

A maior ênfase em “razões práticas”, ou seja, em questões políticas e econômicas em detrimento de “razões simbólicas” (SAHLINS,1979), que coincide com o início da reestruturação organizativa da CRAB, nos termos já aludidos, refletiu-se, sobretudo, na própria construção da identidade de

---

<sup>10</sup> Em entrevista realizada pela autora em 1992.

“atingido”. Estas alterações também tiveram eco na definição de demandas e encaminhamento de reivindicações, aspecto que trato a seguir.

### **Informar para mobilizar e constituir as “bandeiras de luta”**

Uma das primeiras tarefas assumidas pela CRAB foi a obtenção e a veiculação de informações sobre o deslocamento da população ocupante das áreas a serem requeridas para a instalação da infra-estrutura necessária ao funcionamento das duas hidrelétricas a serem construídas – UHE Itá e UHE Machadinho.

Desde as primeiras reuniões entre lideranças e pequenos produtores rurais tornou-se evidente a desinformação das populações locais sobre as referidas obras. Assim, “informar para mobilizar” a partir destes primeiros encontros, ainda que não explicitamente, transformou-se em uma das prioridades do trabalho dos mediadores.

As informações a serem veiculadas diziam respeito tanto a aspectos técnicos que adquiriam importância social, tal qual a definição das cotas dos lagos das barragens que permitiriam dimensionar as áreas que seriam alagadas, quanto o conhecimento sobre a atuação da ELETROSUL e de outras subsidiárias da ELETROBRAS em relação às “questões sociais” (SIGAUD, 1988), podendo incluir - o que freqüentemente ocorreu - considerações sobre a questão das barragens e a produção de energia e sua inserção no contexto nacional e internacional.

Quanto aos dados técnicos sobre o Projeto Uruguai, foram feitos sucessivos apelos a ELETROSUL para que fossem definidas as áreas a serem alagadas, número da população a ser atingida, definição de núcleos populacionais etc. Conforme o relato de uma liderança do MAB ,<sup>11</sup> entretanto, pouco ou quase nada foi acrescentado ao que já se sabia, isto é, ao conteúdo proveniente de estudos realizados por consultorias e pela própria Empresa. O

---

<sup>11</sup> Em entrevista realizada pela autora em 1992.

acesso a estes documentos ocorreu graças à articulação com setores ligados à Igreja que, por sua vez, de acordo com um dos entrevistados, os conseguiram através de “outros contatos”.<sup>12</sup>

A despeito do silêncio do setor elétrico, as informações foram chegando, provenientes de várias fontes que não a própria Empresa estatal, e com elas a certeza da inundação de milhares de pequenas propriedades rurais, vários povoados, algumas sedes municipais, entre as quais a cidade de Itá, cuja nova sede a ELETROSUL apressou-se em construir garantindo, deste modo, o apoio de seus habitantes para a construção da barragem do mesmo nome (PEIXER, 1993).

Se poucas informações eram fornecidas diretamente pela ELETROSUL, menos ainda se sabia sobre o destino das populações ocupantes destas áreas. De concreto, no início, por parte da Empresa, apenas a afirmação de que procederia a indenização das terras do Posto Indígena de Ligeiro (RS), em função da implantação da UHE Machadinho (ELETROSUL, 1980).

Porém, em resposta a um pedido de definição por parte dos prefeitos do Alto Uruguai a ELETROSUL (1981) encaminhou o documento “Política Geral de Desapropriações”, no qual foram explicitadas as condições em que deveria ocorrer o deslocamento das populações das áreas a serem requeridas pela Empresa. Entretanto, embora fossem apontadas, neste documento, como soluções para a liberação das áreas requeridas, tanto a possibilidade de reassentamento quanto a indenização financeira, ambas as soluções seriam oferecidas aos proprietários, cujas terras fossem compradas pela empresa, desde que existissem documentos comprobatórios de propriedade. A situação dos “posseiros” – incluindo-se aí também arrendatários de terras - seria resolvida pelos governos estaduais envolvidos (SC/RS) e o INCRA (ELETROSUL, 1981). O documento acrescentava outras informações sobre as indenizações e nada mais de incisivo sobre a possibilidade de reassentamento. Além da sua

---

<sup>12</sup> Em entrevista realizada pela autora em 1992.

inconsistência e indefinição em relação a esta possível opção e a absoluta ausência de algum tipo de cronograma ou definição cronológica, ficava patente que qualquer solução a ser encaminhada ocorreria dentro dos limites da visão patrimonialista, excluindo os não proprietários a serem desalojados, sem o direito a soluções por parte da Empresa.

À visão patrimonialista da ELETROSUL, entretanto, o MAB reagiu, desde muito cedo, com a inclusão, em seus questionamentos, dos segmentos dos pequenos produtores não proprietários de terras, atribuindo à Empresa a responsabilidade de reassentá-los (CRAB, 1980 a, p.9). A rigor, o destino de todos os pequenos produtores rurais, proprietários ou não, diante da possibilidade de desapropriação tornou-se o objeto central da preocupação dos dirigentes do Movimento e motivo da mobilização e organização dos futuros atingidos. Preocupação que foi traduzida em “bandeiras de luta” (FAPES, 1979) do MAB, tendo como horizonte garantir, de um modo ou de outro, diante da ameaça de migração compulsória a que seriam submetidos, o acesso à terra e, através dele, condições de continuar garantindo sua reprodução social como produtores rurais.

A primeira reivindicação ou bandeira de luta assumida pelo Movimento desde o primeiro Encontro de 1979 foi a “indenização justa” pelas terras e benfeitorias. A adjetivação “justa” foi acrescentada à solução tradicional de desapropriação proposta pelo setor elétrico em situações similares, tendo em vista os depoimentos, já aludidos, dos pequenos produtores do Paraná. Conforme seus depoimentos, as indenizações pagas pelas empresas responsáveis pelas desapropriações ficaram muito aquém dos valores das terras nas respectivas regiões onde foram instaladas aquelas obras.

Se “justa”, neste caso significava de conformidade com os valores do mercado de terras nas regiões em questão, em um documento – “Manifesto dos pequenos produtores do Alto Uruguai Gaúcho e Catarinense sobre as Barragens” -, elaborado alguns meses depois da reunião em Chapecó, esta

qualificação foi ressemantizada ou teve seu conteúdo ampliado, atribuindo à terra um valor simbólico, estimativo, quando foi afirmado que “Em cima de nossas terras colocamos tudo. Para nós elas têm um valor que a técnica não percebe”. (COMISSÃO DE BARRAGENS, 1980). Este “tudo”, cujo valor os técnicos não consideravam, dizia respeito a outros valores agregados a terra, além de sua condição de meio de produção, tais como o trabalho nela investido, suas tradições e sua vinculação a espaços comunitários.

Por estas e outras razões apontadas no Manifesto em questão, contraditoriamente, afirma-se, mais adiante, que “terra se troca por terra e não por dinheiro”. Ou seja, à “indenização justa” agregou-se uma nova reivindicação, já insinuada na reunião de Chapecó: “terra por terra na região”. A rigor, as principais razões para colocar em questionamento a desapropriação através de compensação financeira eram, em primeiro lugar, o temor de perder o acesso à terra devido a provável desvalorização das quantias recebidas em função das altas taxas de inflação e, em segundo lugar, a possibilidade de serem deslocados para outras regiões. Este último temor foi confirmado quando a ELETROSUL acenou com a possibilidade de realizar reassentamentos através de projetos de colonização (Zero Hora, 1981, apud CRAB, 1981), localizadas no Mato Grosso.

Como lembra Moraes (1994 a, p. 161), a tensão entre as duas propostas, “indenização justa” e “terra por terra na região”, perdurou por alguns anos ao longo da trajetória do MAB. Se havia, contudo, tensão entre as duas propostas e mesmo ambigüidade e indefinição, não havia dúvida sobre o modo como deveriam ser encaminhadas as negociações com a ELETROSUL. À sua imposição de que as negociações fossem realizadas sem nenhuma intermediação, o Movimento respondeu, desde os primeiros encontros, com veemente apelo aos pequenos produtores de que não negociem suas terras individualmente. Por outro lado, a reivindicação por reassentamento na região, ainda que de maneira indireta e mal delineada, apareceu já no “Manifesto” de

Concórdia (CRAB, 1980, p.2). Foi, entretanto, no “Comunicado” resultante de uma reunião da Comissão Regional, realizada em agosto de 1980 em Marcelino Ramos (RS), que explicita a proposta de reassentamento, incluindo nela os que “não possuem terra, posseiros, arrendatários, peões, parceiros, índios, etc.” (CRAB, 1980 a, p.2).

Estas reivindicações foram encaminhadas a ELETROSUL que foi também pressionada por representantes políticos da região (prefeitos, associações de municípios do Alto Uruguai (AMAU), governador do Rio Grande do Sul e cooperativas). Como resposta, essa Empresa divulgou o documento "Política Geral de Desapropriação" (ELETROSUL, 1981), apontando "princípios" que iriam nortear a liberação de áreas. Neste documento chamam a atenção alguns pontos que reafirmam algumas das práticas do setor elétrico já enfatizadas. Entre elas, sua perspectiva patrimonialista, ao indicar indenização exclusivamente aos proprietários e seu autoritarismo ao afirmar que as indenizações seriam pagas de acordo com as conveniências da Empresa que “em caso de divergências e esgotados as possibilidades de indenização (...) recorreria à Justiça para desapropriação do imóvel (ELETROSUL, 1981). Quanto à possibilidade de reassentamento, os planos, segundo o documento, ainda estavam por serem elaborados, em convênio com o INCRA e com os governos estaduais, não sendo possível afirmar se para serem efetivados no mesmo município, no estado ou em outros estados, embora admitissem ouvir a população e “atender seus anseios”.

Por parte do Movimento, pelo menos até 1983, considerando que as providências prometidas pela ELETROSUL em relação às questões sociais não foram cumpridas, além do aprofundamento das discussões sobre as reivindicações como as condições para o encaminhamento das indenizações e reassentamentos, cresciam qualitativamente as discussões sobre “barragens porque e para quem”, incluindo, cada vez mais, argumentos macroeconômicos (SCHERER-WARREN; REIS, 1986). Contudo, movidos pela incerteza, pelo

medo e pela indignação diante do que, em síntese, classificavam como “descaso do governo”, não surpreende a radicalização do MAB ao lançar, paralelamente as demais bandeiras de luta, um “Não às Barragens”.

Este posicionamento foi assumido também a partir de um grande evento realizado na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, congregando diferentes segmentos sociais e políticos, além dos agricultores do Vale do Uruguai. Neste evento, além do repúdio ao Projeto Uruguai, foi aprovada a proposta de elaboração de um abaixo-assinado contra as barragens a ser encaminhado ao então Presidente da ELETROBRAS e ao titular do Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários (CRAB, 1984 a).

Todavia, contraditoriamente, o ano de 1985 se caracterizou, para o MAB, além da manutenção do “Não às Barragens”, pela luta para participar nas decisões sobre o destino da proposta da ELETROSUL de implantação das referidas hidrelétricas. Assim que se instalou a Nova República, um grupo de parlamentares gaúchos foi a Brasília e obteve do então Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, a promessa de suspensão temporária dessa proposta, para que fossem reestudadas as suas condições.<sup>13</sup> Ao mesmo tempo, em audiência posterior mantida com representantes do Movimento, prometeu a constituição de uma comissão para estudar o Projeto Uruguai e a paralisação temporária deste Projeto, ambas as conquistas saudadas com entusiasmo no Alto Uruguai (CRAB, 1985c, p. 4).

Apesar do entusiasmo inicial, as promessas do Ministro de Minas e Energia só foram parcialmente cumpridas quase um ano após, sob muita pressão do MAB sobre os técnicos da ELETROSUL sediados no Alto Uruguai, através da constituição de dois grupos de estudos – um para a UHE Itá e outro para a UHE Machadinho -, do qual passaram a fazer parte representantes da Empresa e do Movimento. As reuniões de ambos os grupos se sucederam,

---

<sup>13</sup>Conforme a Gazeta Mercantil de 13/04/1985, (apud CRAB, 1985 a, p.1), esta promessa teria provocado a renúncia do então Presidente da ELETROSUL, Thompson Flores.

sendo arbitrariamente diminuída a participação do MAB pela Empresa, que ficou com apenas dois representantes.

Ao longo de 1986, entre marchas e contramarchas, o MAB se rearticulou deixando de enfatizar as bandeiras políticas mais amplas contra o capitalismo, inclusive o “Não às barragens”, e dedicou-se a implementar uma longa rodada de reuniões nas localidades a serem alagadas pela UHE Itá e UHE Machadinho, discutindo propostas concretas em relação ao deslocamento dos agricultores destas localidades. As discussões foram, por fim, sintetizadas em um importante documento – o “Documento de Getúlio” – elaborado em um grande encontro realizado no município de Getúlio Vargas (RS) (CRAB, 1986), contendo 39 pontos a serem contemplados pela ELETROSUL. Este documento foi, à época, sem sombra de dúvida, o mais completo e sistemático conjunto de reivindicações elaborado pelo MAB, contemplando alguns detalhamentos em relação às indenizações, à troca de terra por terra e aos reassentamentos.

Depois de muitas tentativas frustradas de negociar os referidos pontos com a ELETROSUL, o diálogo foi iniciado através de uma correspondência endereçada à CRAB (ELETROSUL, 1986), sinalizando positivamente para vários deles e argumentando contra outros. Mas, sobretudo, assumindo compromissos, como a busca de soluções para os atingidos sem terra, a negociação coletiva em relação às indenizações e a apresentação de áreas nos três estados do Sul para os atingidos que optassem por “terra por terra”. O consenso em torno do Documento de Getúlio ocorreu, finalmente, em uma Assembléia Regional dos atingidos da Região I que contou com a participação de diretores da ELETROSUL. Este documento, que passou a ser referido genericamente de “Acordo” – “Documento de Acordo entre a ELETROSUL e a CRAB, em relação às Usinas Hidrelétricas de Itá e Machadinho” - foi assinado pelo Presidente da Empresa, em 29 de outubro de 1987, e pelo Ministro das Minas e Energia, em 6 de novembro do mesmo ano.



Mais uma vez a demora na implementação das medidas aprovadas no Acordo levou o MAB a lançar, em meados de 1988, uma nova campanha, “Machadinho Nunca Mais” (CRAB, 1988c). Com esta nova bandeira de luta, a Região I teve o curso de sua história segmentado: de um lado os pequenos produtores ocupantes das áreas que seriam atingidos pela UHE Machadinho perseguiram o objetivo de seu cancelamento definitivo. De outro, os de Itá, juntamente com o apoio e mediação do MAB, continuaram batalhando pelo cumprimento do Acordo e enfrentando novos desafios, resultantes de suas próprias escolhas, como ter que tomar decisões e assumir tarefas específicas em relação aos reassentamentos que começaram a ser instalados a partir de meados de 1989 (REIS, 2001).

### **Considerações Finais**

O MAB voltou-se, de modo especial a partir de 1988, para questões relativas aos futuros reassentamentos decorrentes da instalação da UHE Itá, como a escolha, juntamente com a ELETROSUL, das glebas a serem adquiridas; a participação em uma Comissão para definir critérios e montar os projetos para a instalação desses reassentamentos; a tarefa de mobilizar, informar e tentar convencer os colonos não proprietários a optarem por essa alternativa; a realização de reuniões com os optantes, para discutir o modelo de organização da produção e o perfil tecnológico a serem implantados na retomada do processo produtivo; a coordenação de parte do processo de instalação da infra-estrutura desses empreendimentos. Assumiu, também, um conjunto de tarefas visando o cumprimento do referido Acordo, fazendo levantamentos semestrais do preço das terras na região para orientar as negociações das indenizações e participando em uma “Comissão Paritária”, juntamente com a ELETROSUL, destinada a discutir situações especiais (como doença, velhice etc.) de determinadas famílias que não poderiam ser removidas da região do Alto Uruguai.

Além de todas essas incumbências, o MAB abriu novas frentes de luta, contribuindo decisivamente para a mobilização de outros futuros atingidos em reação à instalação de hidrelétricas em outras regiões e outros estados brasileiros. Foi, de modo especial, um dos organizadores do “I Encontro Nacional sobre Barragens” (Goiânia, 1989), que deu origem a uma nova articulação nacional de outros movimentos em torno do mesmo problema, no qual foi estabelecido o dia 14 de março como o “Dia Nacional de Luta Contra as Barragens”. A este Encontro sucederam-se outros nos anos posteriores, dois deles (1997, 2003) de caráter internacional, resultantes da articulação do MAB com uma rede de organizações voltadas para a problemática em questão.

Ao mesmo tempo, o MAB teve que enfrentar e continua enfrentando novos desafios em função da privatização de parte do setor elétrico brasileiro. A partir dessa privatização, tem sido registrado significativo retrocesso (BORHOLD, 2003; BAGGIO, 2003) em relação às soluções relativas ao deslocamento compulsório das populações locais a serem removidas para a instalação de hidrelétricas. Mais que isso: o MAB e os agricultores familiares a ele vinculados têm enfrentado repressão policial, indiciamento judicial e prisões de parte daqueles a serem removidos de seus territórios tradicionais, como no caso da UHE de Campos Novos (SC) (KROEGER, 2005), em instalação no Vale do Uruguai, berço da organização deste Movimento Social.

## Referências

BAGGIO, Elaine R. *Influência da UHE Quebra-Queixo sobre a reprodução socioeconômica das unidades familiares de produção*. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

BORNHOLDT, Luciano C. *Família rural e reprodução social: Estudo de caso da UHE Quebra Queixo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

BOURDIEU, P. Decrire et prescrire. Note sur les conditions de possibilite et les limites de l'efficacite politique. *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, n. 38, mai/1981. Paris, 1981.

COMISSÃO DE BARRAGENS. *Manifesto dos agricultores do Alto Uruguai gaúcho e catarinense sobre as barragens*. Concórdia (SC), 1980.

COMISSÃO DE ATINGIDOS POR BARRAGENS (CRAB). *Barragens. As verdades que a Eletrosul não diz*. Erexim, 1984.

COMISSÃO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (CRAB). *A Enchente do Uruguai*. Erexim: n.10, abr., 1985.

----- *Nossa História em debate*. Erexim: Gráfica Vianej, 1990.

----- *Boletim*, n. 1, 1981.

----- *Comunicado*. Marcelino Ramos (RG), 1980 a

----- *A Enchente do Uruguai*. Erexim: n. 9, ago., 1984 a.

----- *A Enchente do Uruguai*. Erexim: n. 12, set., 1985 c.

----- *A Enchente do Uruguai*. Erexim: n.14, mar/abr., 1986.

----- *A Enchente do Uruguai*. Erexim: n.20, fev., 1988.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO SUL DO BRASIL (ELETROSUL). *Inventário Hidroenergético do Rio Uruguai*. Relatório Geral. Florianópolis, 1979.

----- . Política geral de desapropriação. Florianópolis, 1981.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular*. Movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ ANPOCS, 1995.

FUNDAÇÃO ALTO URUGUAI PARA PESQUISA E ENSINO SUPERIOR (FAPES). *Relatório do Encontro sobre barragens*. Chapecó (SC), 1970.

FERREIRA, Angela. D. D. Movimentos sociais no Paraná – 1980/1982. In: BONIN, Anamaria., A. et al (Orgs). *Movimentos sociais no campo*. Curitiba: Ed. Scienza et Labor- Universidade Federal do Paraná, 1987.

GERMANI, Guiomar. I. *Os expropriados de Itaipu*. Cadernos do PROPUR. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1982.

KROEGER, Juliana. O drama dos atingidos pela barragem de Campos Novos. *Caros Amigos*, São Paulo, n. 101, agosto, 2005.

MACEDO, Carmem C. *Tempo de Gênese*. O povo das Comunidades Eclesiais de Base. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MAGALHÃES, Sonia. O desencantamento da beira: reflexões sobre a transferência compulsória provocada pela usina hidrelétrica de Tucuruí. In:..... et al (Orgs.) *Energia na Amazônia*. Belém (PA): Museu Paranaense Emílio Goeldi/Universidade Federal do Pará/Associação das Univ. Amazônicas, 1996.

MARTINS-COSTA, A. L. B. *Uma retirada insólita*: a representação camponesa sobre a formação do Lago de Sobradinho. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1989.

MORAES, Maria Stela M. de. *No rastro das águas*: pedagogia do Movimento dos Atingidos pelas Barragens da Bacia do rio Uruguai (RS/SC) – 1978/1990. Tese (Programa de Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica (PUC). Rio de Janeiro, 1994.

-----Reassentamentos de atingidos pelas barragens da Bacia do Rio Uruguai. In: MEDEIROS, L. et al (Orgs.) *Assentamentos Rurais*. Uma visão interdisciplinar. São Paulo: Ed. da UNESP, 1994 a.

NAVARRO, Zander. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. In: -----et al (Orgs.) *Política, protesto e cidadania no campo*. As lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1996.

NOVAES, Regina C. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: MEDEIROS, Leonilde et al. (Orgs.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1994.

PAIVA, Vanilda (Org.). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Ed. Loyola, 1985.

PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilde (Org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo, Ed. Loyola, 1985.

PEIXER, Z. *Utopias de progresso*. Ações e dilemas na sociedade de Itá frente a uma hidroelétrica. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

REIS, Maria José; BORNHOLDT, Luciano. O poder de representar e ampliar direitos: o caso do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). In: BOEIRA, Sérgio (Org.) *Democracia e políticas públicas: diversidade temática dos estudos contemporâneos*. Itajaí: Ed. da UNIVALI, 2005..

REIS, Maria José; BLOEMER, Neusa M. S. A energia elétrica na Região Sul no contexto da privatização. In: SANTOS, Sílvio C. dos; REIS, Maria José (Orgs.). *Memória do Setor elétrico na Região Sul*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

----- (Orgs.) Apresentação. *Hidrelétricas e populações locais*. Florianópolis: Cidade Futura/ Ed. da UFSC/ PPGAS,2001.

REIS, Maria José. O reassentamento de pequenos produtores rurais: o tempo da reconstrução e recriação dos espaços. In: REIS, M.J.; BLOEMER, N.M.S. *Hidrelétricas e populações locais*. Florianópolis: Cidade Futura/Ed. da UFSC, 2001..

----- . *Espaços vividos, migração compulsória, identidade: os camponeses do Alto Uruguai e a Hidrelétrica de Itá*. Tese (Programa de Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas (SP),1998.

ROTMAN, Franklin. *Political process and peasant opposition to large hydroelectric dam: the case of the rio Uruguai movement in southern Brazil*. Tese (Sociology) Wisconsin, University of Wisconsin-Madison 1993.

Sahlins, M. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SCHERER-WARREN, Ilse; REIS, Maria José. As barragens do Uruguai: dinâmica de um movimento social. *Boletim de Ciências Sociais*, n. 42. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 1986.

-----O movimento dos atingidos pelas Barragens do rio Uruguai: unidade e diversidade. Salvador: *Cadernos do CEAS*, n. 120, 1989.

SIGAUD, Lígia. Implicações sociais da política do setor elétrico. In: SANTOS, L.; ANDRADE, L. *As hidrelétricas do Xingu e os povos Indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988.

-----O efeito de tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n. 18, ano 7, 1992.

VAINER, Carlos B.; ARAÚJO, Frederico G. B. Implantação de grandes hidrelétricas: estratégias do setor elétrico, estratégias das populações atingidas. *Revista Travessia*, n. 6, jan..abr., 1990.